



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 3– Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de setembro de 2020

No dia trinta de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no edifício do Multiusos, sito na Rua Nuno Álvares Pereira, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 2 da sessão ordinária do dia 18 de junho, do ano 2020.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia:

3.1. Pedido de renúncia ao mandato de Presidente da União de Freguesias de Covelães e Sezelhe, José Bento Caselas Dias, para o qual foi eleito nas eleições autárquicas, para o quadriénio 2017/2021 e por inerência, renuncia ao cargo de membro da Assembleia Municipal;

3.2. Tomada de posse do Presidente da União de Freguesias de Covelães e Sezelhe, Alberto Armindo Brás Moura, em substituição do Sr. José Bento Caselas Dias, que renunciou ao mandato;

4 – Período da Ordem do Dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Proposta de definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2021;

4.3. Proposta da definição da participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) / Taxa a fixar para cobrar no exercício económico de 2021;

4.4. Proposta de definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2021;

4.5. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos, sítios no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2021;

4.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2020 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.7. Aprovação da 3ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2020 (3ª Alteração Modificativa ao Orçamento Despesa, 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos);

4.8. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Cervos para limpeza de bermas em Arcos, Cervos e Fontão e abertura de vala em Vilarinho de Arcos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.9. Pedido de apoio financeiro, formulada pela União das Freguesias de Meixedo e Padornelos, para trabalhos a realizar na aldeia de Padornelos;

4.10. Autorização prévia da Assembleia Municipal e abertura de procedimento de concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica por concurso público. DF N° 81/2020;

4.11. Proposta de autorização de operação de financiamento por contrato de locação financeira (leasing), para aquisição de uma cisterna de sistema combinado e respetivos componentes, por concurso público internacional. DF N° 76/2020;

4.12. Aprovação do despacho de junho/2020, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativo à Isenção de Taxas Municipais (Medidas de prevenção Coronavírus – Covid – 19);

4.13. Aprovação do Despacho, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, quanto às medidas de prevenção Coronavírus – Covid -19;

4.14. Revogação do Regulamento de concessão de Regalias à Corporação de Bombeiros Voluntários de Montalegre e Salto;

4.15. Descentralização de Competências – Transferência de Competências para os órgãos Municipais – Educação / Saúde/ Ação Social – Prorrogação de prazo de Transferência para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto e Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto;

4.16. Atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Montalegre (PMEPC);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.17. Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A / Relatório do Conselho de Administração – 2019 / Para conhecimento;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes trinta e oito membros, à exceção de Acácio Gonçalves, Manuel Carvalho, Ana Isabel Dias, Sandra Gonçalves, Nuno Pereira, Sandra Pinto, Marco Sousa, Rui Gonçalves, Aníbal Ferreira, José Luís Nogueira, Adriano Costa, António Martins e João dos Santos.

Justificaram as faltas à sessão anterior Manuel Carvalho, António Ferreira, António Eduardo Santos, Ana Martins, Marco Sousa, Márcio Azevedo, Vítor Carreira, João Paulo Anjo e João dos Santos.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Sandra Pinto, João Surreira e Lúcia Jorge.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Face à ausência do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel Carvalho, foi designada pelo Presidente para integrar a Mesa da Assembleia como 2º Secretário a deputada Gorete Afonso.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1 – Apreciação e votação da ata nº 2 da sessão ordinária do dia 18 de junho, do ano 2020.

A ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 18 de junho, foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Ana Maria Martins, Jaime Afonso Barroso e Márcio Azevedo.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

3.1. Pedido de renúncia ao mandato de Presidente da União de Freguesias de Covelães e Sezelhe, José Bento Caselas Dias, para o qual foi eleito nas eleições autárquicas, para o quadriénio 2017/2021 e, por inerência, renúncia ao cargo de membro da Assembleia Municipal.

A Assembleia tomou conhecimento.

3.2. Tomada de posse do Presidente da União de Freguesias de Covelães e Sezelhe, Alberto Armindo Brás Moura, em substituição do Sr. José Bento Caselas Dias que renunciou ao mandato.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Sr. Alberto Armindo Brás Moura foi empossado como Presidente da União de Freguesias de Covelães e Sezelhe, em substituição do Sr. José Bento Caselas Dias que renunciou ao mandato.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Martins, Duarte Gonçalves, João Carlos Rodrigues, José João Carvalho de Moura, Ricardo Moura, Manuel Rebelo e João Soares.

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento à Mesa: “Bom dia à Mesa e a todos os presentes. Senhor Presidente da Camara: quero dizer lhe que a Freguesia de Salto continua a confiar em si e vai contar consigo por muito mais tempo. Pode sempre contar com os seus “vizinhos”.

Que não se esquecem do muito que fez e continuará a fazer por aquela terra, seja quando era Oposição, Vereador ou agora como Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, que muito honra a Freguesia.

Quero aqui lembrar só o mais relevante:

- A pavimentação das estradas de acesso a todas as aldeias da freguesia e já outras vias secundárias (exceto Pereira), bem como os arruamentos em todas e a melhoria do abastecimento de água às populações;

- A aquisição da Casa do Capitão e depois a transformação em Ecomuseu! O socorro à população das Minas da Borralha, quando as minas encerraram, com a aquisição dos Bairro Novo e da Guarda e oferta das casas aos seus habitantes e a recuperação, que continua a fazer, da maioria daquelas habitações. Os arruamentos e as infraestruturas e a criação do Centro Interpretativo das Minas que arrasta gente àquela terra!

A aquisição e abastecimento de água a Salto com a nova conduta de rede de abastecimento! Grande parte do saneamento da vila e a construção de uma nova ETAR! O Parque de Lazer e a Praia Fluvial do Torrão da Veiga! A Zona Industrial! A Pista Automóvel! O Lar Nossa Senhora do Pranto! O Quartel dos Bombeiros! A requalificação do Edifício Escolar! O apoio à beneficiação da estrada regional 311, Salto/Cabeceiras de Basto, via vital para o desenvolvimento da freguesia. A requalificação das ruas da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

vila e a criação do espaço para a Feira Semanal. A criação de uma brigada de pessoal, em Salto, para o Baixo Barroso! E o apoio prestado à construção da nova Sede da Junta. O arranque da Semana do Barrosão que trouxe nova dinâmica e motivação aos lavradores da freguesia. O apoio que lhe tem dado, quer na melhoria dos acessos às suas explorações, quer monetariamente no incentivo ao nascimento de vitelos. Ainda recentemente foram entregues, em Salto, 135 mil euros aos agricultores pelos nascimentos das suas crias barrosas, num apoio considerável à atividade produtiva local e ao incentivo da criação de uma das melhores raças do mundo.

E sabe, Senhor Presidente e Senhores Membros desta Assembleia, os postos de trabalho que foram criados!?

Na brigada de pessoal da Câmara, 12; No Lar, 23; nos Bombeiros; 14; Na Escola; 8; nos Ecomuseus; 6 e os indiretos, com o desenvolvimento sustentável que a freguesia tem sentido.

Mas, sabe, senhor Presidente, ainda não acabou a sua missão em Salto!

O Parque Desportivo de Salto traz entusiasmada a gente de Salto e acreditam em si para concretizar esse Belo Projeto que dará outras condições desportivas aos jovens do Baixo Barroso.

Com o carinho que dá a todos os Saltenses, eles sabem que tem em si um amigo!

Sei que toda a obra que mencionei tem outros protagonistas, mas eles que me perdoem, pois neste momento difícil do seu percurso, quero lhe aqui prestar a minha solidariedade que é extensiva, como já foi demonstrada por todos os Presidentes da Junta do concelho, a si e ao Vereador David Teixeira.

Continuem o vosso trabalho à frente deste concelho, pois, nesta época de pandemia, precisa de todos e sobretudo de ter confiança em quem dirige a Câmara Municipal.

Pode nem tudo estar bem!... Mas só não erra quem não faz nada! Confiamos. Assinado, o deputado municipal, Alberto Martins Fernandes.”

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas: Quanto à questão do regimento municipal, concordo na sua revisão e já várias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

vezes aqui defendemos a necessidade de gravações, incluindo audiovisuais, de forma a transmitirmos e levarmos o que se discute nesta assembleia até às pessoas, numa maior aproximação e abertura da política aos eleitores, nomeadamente através das redes sociais e plataformas virtuais.

Contudo Sr. Presidente da Assembleia, o atual regimento também é flexível, depende da forma como é cumprido. O que não permite é que se abuse dele, como fez já em diversas situações e hoje novamente ao ter intervindo sem estar inscrito para transmitir uma mensagem política. Na qualidade de deputado, tem você esse direito, inscrevendo-se e falando o tempo regimental previsto de 1 minuto, como os demais.

Quanto à minha intervenção de hoje propriamente dita, gostaria de referir que o PSD como principal partido da oposição já foi acusado nesta Assembleia de não ter estatuto! Não passando de uma afirmação petulante, serve de mote a tocar no tema do Estatuto do Direito de Oposição

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, decreta o seguinte: Artigo 1.º Direito de oposição: é assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei.

Artigo 2.º Entende-se por oposição a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa.

Conte, pois, Sr. Presidente, que o PSD existe para servir o povo. Se os votos contados nos remetem ao lugar de oposição que humildemente e democraticamente aceitamos, constitui também obrigação de atuarmos em conformidade com esse estatuto.

Claro que aqueles que são visados em processos judiciais, temendo, querem o silêncio do povo. Têm, pois, como estratégia a intimidação e o mau trato. Os Barrosões não são bufos, como disse o Presidente do Partido Socialista de Montalegre, os Barrosões são gente íntegra e honesta que preza a verdade.

A nós não nos intimidam com dEstratos desse baixo nível. Continuaremos a cumprir o nosso dever de fiscalização da atividade do município e a denunciar todo e qualquer ilícito à mínima suspeita.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Nesse sentido, detetando suspeitas nas obras municipais, com desvios médios na casa dos 40%, e não satisfeitos com as vossas respostas, denunciámos recentemente esse facto ao ministério público. Quanto a este tema, aguardamos daí mais desenvolvimento. Mas há outros factos e ocorrências que, sendo do conhecimento público, não podem passar indeléveis nesta assembleia, que bem ou mal, é a casa mãe da política Barrosã. Antes de tudo isso, e por outros motivos, esta autarquia foi alvo de buscas da polícia judiciária, numa mega investigação, que constituiu arguidos, entre outros, o Presidente e vice-presidente da câmara. Isso não passa ao lado de ninguém, muito menos ao vosso, porque caro deputado João Carlos Rodrigues, eu preferiria mil vezes não ter estatuto algum a ter o estatuto de arguido que tem esta vossa governação, que está envolvida não só neste como em outros processos, sendo provavelmente a governação autárquica mais arguida do país.

Vocês que têm entre vós PS as chefias das corporações de bombeiros, sabem que onde há tanto fumo só pode haver muito fogo!

E foi este processo, e não a denúncia das obras municipais, que levou à constituição de arguidos.

Portanto, Sr. Presidente, queira esclarecer esta Assembleia sobre os motivos que trouxeram cá a Polícia Judiciária. Assinado, o deputado Duarte Gonçalves.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados.

Continuamos hoje, e sem saber bem por quanto tempo, confrontados e ameaçados com a incerteza provocada pela pandemia da covid-19.

Mas desde logo o executivo municipal promoveu uma série de medidas excepcionais que aqui salientei na última sessão e que todos reconheceram como altamente positivas, mas que é preciso continuar e reforçar.

E agora, mais recentemente, para se tentar viver o possível normal, foram desenvolvidas mais iniciativas para ajudar as pessoas e a economia, o desporto e a promoção, para além de muitas obras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E, no âmbito económico e turístico, saliento: a grande iniciativa de promoção televisiva dos produtos locais e do concelho, com início da 1ª etapa da Volta a Portugal em bicicleta; participação com grande destaque no programa 7 maravilhas com a sexta 13, líder regional e com grande projeção no país; posto de turismo do Alto Tâmega com aposta conjunta da região; jornadas gastronómicas do Turismo Porto e Norte; colaboração na intervenção no passadiço de acesso à cascata de Pitões e o apoio ao Congresso de Medicina Popular.

De âmbito social: liderança e grande investimento no projeto de combate ao insucesso escolar; projeto de apoio à maternidade; atribuição de cartões para apoio à compra de medicamentos por pessoas carenciadas e vários apoios em habitação social.

De âmbito desportivo: onde associações e clubes foram subsidiados em mais de 250 mil euros de apoio à formação desportiva, onde praticam mais de uma centena de jovens até aos 18 anos.

No apoio e proximidade à comunidade emigrante: celebração de protocolo para o Gabinete de Apoio ao Emigrante.

E na área da cultura: destacar o trabalho da Biblioteca Municipal que, por exemplo, através do projeto “Comunidade de Leitores” da Rede Casas do Conhecimento, com recurso aos meios digitais, permite a interação entre autores e leitores. E lembrar que no próximo dia 21 de outubro vai estar em destaque o nosso Bento da Cruz com o livro “Planalto de Gostofrio”.

Mas dar especial destaque aqui à apresentação do projeto do Centro de Acolhimento, na Aldeia Nova, para dinamizar o Património Agrícola Mundial da FAO.

São estas algumas das iniciativas que ajudaram os Barrosões neste período de combate muito difícil pela saúde e pela economia, num tempo que exige dos responsáveis e de todos nós muito empenho, muita responsabilidade, mas também coragem e arrojo para enfrentarmos o presente sem perder o futuro.

E se o resultado deste dinamismo e do marketing territorial desenvolvido fosse questionado, bastaria analisar a atratividade turística local, que contrastou com o panorama de grave crise nacional e o negócio do alojamento local neste verão que todos os agentes consideraram altamente positivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Estou certo ainda de que as políticas de proximidade vão continuar porque é isso que nos diferencia.

Também os serviços públicos, na vertente desportiva, acredito que irão reabrir e estar ao dispor da população, com orientações da DGS e regras a cumprir.

Ou na vertente cultural e de entretenimento, onde estou certo também de que haverá esse esforço para dar essa oferta aos munícipes, porque também faz muita falta para a forma como a sociedade e cada um de nós interage e necessita.

E já agora, uma questão e um pedido: vem aí a feira do fumeiro, que é o certame que mais fluxo económico suscita e que não será o que era. O que é que a Câmara está a prever para minorar os impactos negativos que se imaginam?

E um pedido. A paragem dos autocarros na Avenida, junto da parede do mercado, em frente às bombas de gasolina, tem ali muitas vezes pessoas à chuva. Alguns passageiros sugeriram um abrigo, que deve ser discreto, apenas de cobertura em vidro, eventualmente. Que faz falta e dava jeito.

Para terminar, dizer que é esta a discussão de ideias que deve haver, esta fiscalização do que se faz e do que não se faz e do que se deve fazer. Não é a intriga, o insulto, e a baixa política que os Barrosões querem.

Os Barrosões gostam de ouvir é isto. E devem saber que, enquanto uns se escondem no anonimato da mentira e da calúnia e lançam ódio que os desqualifica e desqualifica a política, há gente a trabalhar, a resolver os problemas das pessoas e a preparar o futuro da nossa terra. Assinado, o deputado municipal, João Carlos Rodrigues.”

O deputado José João Carvalho de Moura disse que o inverno vai ser complicado e ele, enquanto médico veterinário e com cadeiras académicas de epidemiologia, sabe que o vírus vai atacar em força novos e velhos. Perguntou que medidas estão a ser tomadas para minimizar esta situação pois vê muitos concelhos a anunciar medidas, como é o caso do uso de máscara obrigatório em zonas públicas. A população é maioritariamente idosa e deve-se estar atento.

Falou do centro de recolha oficial de animais de companhia e da legislação que saiu em 2016 que obriga à recolha dos animais errantes e anulação do abate dos mesmos. Uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

vez que uma das bandeiras do PS foi um centro de recolha oficial para a Freguesia de Salto, gostava de saber em que ponto está essa situação pois já passaram três anos desde a última campanha eleitoral. Toda a gente viu o que aconteceu em Santo Tirso, em que um colega veterinário municipal foi julgado em praça pública sem ter culpa nenhuma pois a responsabilidade foi do executivo. É de lamentar ainda a posição do Sr. Primeiro Ministro em que menosprezou a Direção Geral de Veterinária e o Ministro do Ambiente enxovalhou a classe veterinária.

Para que casos como o de Santo Tirso não se repitam e sabendo que houve fundos comunitários para o apoio à sua construção, pensa que o executivo devia fazer uma reflexão séria sobre este assunto.

O deputado Ricardo Moura pediu esclarecimentos sobre as denúncias feitas sobre o Presidente e Vice-presidente. Os Barrosões não são burros, nem atrasados mentais, mas lamenta que ainda escapassem alguns bufos ao 25 de abril.

Assumi que também ele já foi investigado pela Polícia Judiciária, onde lhe reviraram a casa toda. Toda a gente que desconfia não é fiel e não percebe como é que o PS cada vez tem mais votos.

Relembrou que Montalegre teve dois Presidentes de Câmara. Os socialistas já tinham um Presidente imposto pelo Governo Civil e o PSD queria outro. No meio de uma guerra campal, o socialista estava já em frente à Câmara e o do PSD estava em casa. Quem o foi buscar o Carvalho de Moura a casa, foi o Ricardo Moura. Estavam lá os PSD todos, mas quem teve que ir a casa dele buscá-lo foi um socialista. O Sr. Carvalho de Moura sempre teve o apoio dos socialistas. Muitos socialistas votaram nele. Nunca o denunciaram e sempre houve respeito, até mesmo quando foi para fazer a estrada para a fronteira e a captação da água do Larouco. Ao contrário do PSD, que correu com ele quase a pontapé, chegaram-lhe fogo às colmeias e quiseram-lhe bater. O PS, ao assistir a isso e como todo o respeito que o Sr. Carvalho de Moura lhe merecia, protegeu-o.

Agora ele fazer isto ao PS fica-lhe mal pois esqueceu o que se fez por ele. Os jovens sociais democratas têm obrigação de elevar a política para outro patamar. Não fica bem pois é Montalegre que perde e a sua imagem fica denegrida. Têm que fazer oposição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

séria. Não é mandar para a televisão notícias que nada dignificam o nome do concelho. As televisões querem é isto: escândalos.

Relembrou que ainda não era Presidente da Junta, mas sempre respeitou o Presidente da Câmara Carvalho de Moura, ao contrário do que fizeram os do próprio partido.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que o espaço foi cedido ao Estado para explorações agrícolas, mas uma vez que não se está lá a fazer nada, acha bem que o espaço seja entregue à Câmara para que esta possa fazer o que bem entender. Caso isso não aconteça, a União de Freguesias de Meixedo e Padornelos vai apoderar-se dos terrenos que lhe pertencem. Pensa que se devia fazer um abaixo assinado a entregar no Ministério da Agricultura.

O deputado Manuel Rebelo falou de obras começadas e inacabadas e obras em ruínas. Falou do campo de tiro e do Parque do Cávado que não foi limpo em condições. As piscinas municipais são a vergonha municipal. A central de camionagem outra vergonha. O Multiusos mete água por todos os lados e daqui a uns anos não há dinheiro para sustentar estes espaços e estão ainda inacabados.

Disse que o recinto do Sr. da Piedade está inacabado e a mudança prometida do respetivo nicho.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que a Câmara deve tomar medidas e se não a entregar à autarquia que a entreguem às freguesias.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “Ai não há gente, mais valente e prazenteira, do que esta cá da fronteira, do Norte de Portugal.

Nem tão alegre, como tu ó Montalegre, gente forte, cá do Norte, que nada teme, afinal.

Sim, é mesmo! É mesmo a marcha de Montalegre, o hino, por excelência, deste País Barrosão! A que propósito? Acompanhei, de perto, todo o período de gestação desta Marcha, até ao dia em que foi dada à luz, no distante mês de maio de 1956, aquando da inauguração da Igreja Matriz desta terra, vez primeira que pisei este solo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Aqui foi cantada, pela primeira vez, nessa data. Três semanas, depois, 10 de junho de 1956, os seus acordes ecoaram, de novo, em Barroso, mais precisamente nas Minas da Borralha, por ocasião da inauguração da sua igreja.

O seu autor, meu querido professor de música Monsenhor Ângelo do Carmo Minhava, de saudosa memória, já honrada pelo nosso Município, em condigna homenagem, tinha o gosto e o bom senso de nunca ensinar a melodia sem, antes partilhar com os elementos da Sehola Cantorum/ Orfeão do Seminário de Vila Real (ao qual estive ligado 12 anos), o sentido da mensagem que se pretendia transmitir com o canto, ou seja, a letra.

Vou ser franco: cedo me apercebi da força da mensagem deste hino do louvor à Terra Barrosã e, ainda mais, quando no dia em que aqui a cantámos, pela vez primeira, partilhei a alegria então vivida pelos meus colegas de ano, todos Barrosões: Domingos Pires de Moura (Meixedo), Fernando Afonso Alves (Morgade), Fernando Lavaredas Torrão (Sarraquinhos), José António Carvalho de Moura (Meixedo), Augusto David Freitas Morais (Montalegre), João Barroso da Fonte (Codeçoso), José Dias Batista (Vila da Ponte), Luís Gonçalves Miranda (Morgade), Manuel Fernando Antunes de Sousa (Covelo do Gerês) e Manuel de Vila Branco (Tourém).

Não mais parei de a cantar e partilhar, por todos os recantos, com os meus amigos do Grupo Coral de Montalegre e do Grupo de Cantares de Salto.

Mas... tenho de vos confessar o desassossego que sinto instalado em mim, de há uns tempos a esta parte.

Quando o meu saudoso professor de música nos explicava que a letra falava de “gente valente e de gente forte”, não falava de força física ou de valentões espadaúdos. Não. Falava de fortaleza, falava de nobreza, virtudes que resultava da força interior, da força de alma que está dentro desta gente cá do Norte e que eu me habituei a ver e a sentir, mais profundamente, desde que me tornei filho adotivo deste País Barrosão, há 55 anos. Não tivesse eu casado com uma Barrosã.

Pois bem, permiti-me esta troca de ideias convosco, de cidadãos para cidadãos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Fui profissional das letras e da cultura humanista durante 47 anos na docência, nunca profissional da política, mas sempre vivi e convivi com a política, disponível, comprometido e por vínculo da cidadania.

Pertencço a uma geração que viveu, sob o domínio de sentimentos diversos e controversos, toda a evolução nacional e mundial recente e que tem sempre na sua mente os tempos que o passado já engoliu, mas que a história ainda não digeriu.

Hoje, sinto-me na condição de cidadão comum, inserido na multidão anónima de barrosões, pensantes e preocupados com o presente e com o futuro deste País Barrosão.

É aqui que desperta o meu desassossego: quando vejo que as novas tecnologias da comunicação, em vez de ferramentas de plenitude digna e honrada, ao serviço de valores que, no dizer de Camões “mais alto se alevantam”, também se adequam a recipientes de “lixo”, onde sem respeito pelos outros e sem amor à terra e ao seu bom nome, tudo se despeja, a saber: atos de injustiça, atitudes de vingança, gestos de vaidade, manifestações de ódio, palavras de consciente mentira, a vil calúnia, a injúria insidiosa, a crítica mordaz, tantas vezes despropositada e sempre destrutiva e a baixa e constante maledicência.

Este tipo de lixo existe, infelizmente, em abundância, anda por aí aos montões, não suja a via pública (onde seria facilmente removida pelos carros do lixo), mas conspurca a vida social, que é bem pior.

As pessoas, todas, sejam quais forem, têm dignidade: as ações, por vezes, é que não são dignas e, conseqüentemente, são lixo!

Não posso deixar de me sentir desassossegado quando é público que há Barrosões que também lançam lixo nestes contentores, lixo que se traduz numa deslealdade premente para com a valente, forte, alegre e prazenteira gente cantada e eternizada no hino deste País Barrosão, que é a Marcha de Montalegre.

Como se, no nosso Hino Nacional, em vez de: “Heróis do mar, nobre povo, nação valente” desatássemos a cantar heróis do mar, pobre povo, nação descrente, dormente ... é Portugal!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O país Barrosão precisa de todos para o seu processo e para o bem-estar de todos os Municípes.

Este é o objetivo que deve presidir ao contributo político de cada um de nós, podendo haver divergências sobre as vias para lá chegar (o que é saudável e democrático).

Unidos para contribuir, de boa fé, com transparência, mas nunca pela via da permanente crítica destrutiva, só porque representamos forças políticas diferentes.

Assim, se credibiliza a política, assim se credibiliza a política, assim se credibiliza a democracia, assim se respeita o voto a nós confiado.

É hora de estancar esta onda que tem vindo a criar instabilidade no nosso meio social, espalhando lixo que mancha o nome a honra de pessoas e contribui para denegrir a imagem desta terra cá do Norte, que nada teme afinal.

Um repto: todos nós, em parceria saudável, devemos criar aterros sanitários, onde, de vez, mergulhe tal lixo, pois gente tão alegre e prazenteira tem melhor para dar.

Assim, se honra o canto imortal de Montalegre e Barroso! Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado José João Carvalho de Moura fez uma intervenção em defesa da honra e disse que o deputado Ricardo Moura deu uma lição de história, mas deu a sua parte da história. Se o PSD é bufo, o PS é surdo.

Disse que foi eleito pelo povo para defender os interesses dos municípes e só faz o que lhe compete. A verdade vem sempre ao de cima.

O Senhor Vereador, David Varela Teixeira fez uma intervenção em defesa da honra por ter sido acusado de denegrir o PSD local e disse que foram constituídos arguidos porque estão à frente de um serviço público, e como tal, pode ser escrutinado e o Ministério Público pode constituir arguidos no seguimento de denúncias que têm rosto e que vêm de 2015, como tiveram acesso.

Quando se usa a palavra bufo, vem no seguimento de palavras escritas nas atas das reuniões de Câmara, quando os Vereadores do PSD assumem que colaboraram com o Ministério Público, com a Polícia Judiciária e com a comunicação social nacional. Estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

enganados se acham que isto é o tal estatuto da oposição e que isto dignifica o concelho, mas irá ficar-lhes caro esta postura.

Informou que o processo que deu origem às buscas domiciliárias e ao Município parte do tempo em que o deputado Duarte Gonçalves era Vereador da oposição e a sua colega de vereação vem com o seu nome escrito no documento que dá suporte à denúncia. Assim, perguntou se o deputado Duarte Gonçalves também assinou a denúncia.

Disse que não aceitou jantares ou dinheiro de ninguém e que preza muito o seu bom nome.

O deputado Duarte Gonçalves fez uma intervenção em defesa da honra e disse que a gestão das reuniões da Assembleia Municipal está um pouco trapalhona. Já houve reuniões em que a honra do Vereador José Rodrigues foi posta em causa e não lhe foi dada a hipótese de se defender, tendo mesmo que abandonar a sessão. E hoje, não havendo necessidade nenhuma, deu palavra ao Vice-presidente que não defendeu a sua honra, mas teceu considerandos que não são legítimos. As questões colocadas por si são para serem respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara e não pelo Vice-presidente.

Assumi que o processo das denúncias já começou em 2012 e, além dessa documentação apresentada pelo PSD, houve queixas de particulares. Não se sabe o que desembocou naquilo e pede esclarecimento sobre as suspeitas. Sabem bem que não foram as obras municipais. Essas foram posteriores a tudo isso e por isso não foram constituídos arguidos, embora tivesse sido com isso que deram a volta aos Presidentes da Junta para assinarem o abaixo assinado.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta aos interpelantes, referiu que ficou sensibilizado com a intervenção do deputado Alberto Fernandes e sabe bem que tem a solidariedade e motivação dos Barrosões.

Disse que o deputado João Carlos Rodrigues dá lições como se faz política, ao contrário de certos cadastrados que não primam pelos bons exemplos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Soares desmontou com muita elegância e sabedoria a lixeira que representa o PSD haver trazido a Judiciária à Câmara.

É uma indignidade que é tudo menos circunstancial. Está-lhes no sangue! Começou com o famoso debate na rádio em que o candidato Carvalho de Moura traz a minha família prá disputa política e que agora ao ver-lhe tocar pela porta brade com ameaças “não se meta com a minha família”.

Teve sequência com a vinda dos emigrantes que o PSD não quer ver participar na escolha de quem localmente os represente ou conduza. Teve continuação com o folhetim do castelo onde atrevidamente se fizeram passar por gente conhecedora das razões estéticas de valorização patrimonial. E terminou com a vergonhosa pirueta feita à volta do lítio a que aderiram com medo que os louros revertissem todos para a Câmara com a recomendação expressa que deveria pôr-se a caminho por forma a que a fábrica das baterias não fosse pra Boticas. Este é o PSD falso moralista que anda à deriva dos acontecimentos e faz tudo para esconder a verdadeira face agora dada a conhecer com o episódio triste do chamar a polícia à Câmara, à sua casa e do Vice-presidente e às empresas que tudo fazem para criar emprego e dinamizar o território.

Relatou que entre os anos 1987/89 participou como testemunha arrolada pela Direção Geral das Autarquias Locais num inquérito destinado a apurar um conjunto vasto de denúncias colocadas na praça pública montalegrense visando a conduta do presidente da Câmara de então e onde às escâncaras e boca cheia se falava de malas com dinheiro e investimentos imobiliários em vários pontos do país. Curioso verificar-se como o denunciado a que me refiro é um dos agora denunciantes que acuso de delator e de bufo. É o PSD no seu melhor: se se denunciam uns aos outros dentro de portas quem os pára de fazer igual na casa alheia? É por isso que, e respondendo aos srs. Deputados que encham o peito só pelo prazer de me chamarem arguido, considera que sê-lo nestas condições, isto é, nascido da indignidade dos notáveis do PSD, é uma subida honra.

Disse que não vai pagar na mesma moeda pois que prefere ser um injustamente arguido a ser denunciante ou bufo ao estilo pidesco ou nazi de tão triste memória.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que foi vereador da oposição durante dois mandatos. E entre o ser fiscal ou agente construtor do nosso futuro coletivo deu sempre primazia à missão nobre de apontar ideias e sugerir projetos de interesse para o concelho.

Mais, ajudou o presidente de então a concluir o mandato viabilizando-lhe os orçamentos. Está claro que, neste contexto, mais que ajudá-lo a sair com dignidade esteve o propósito de ajudá-lo a cair com estrondo evitando a propensão nele bem evidenciada do costumeiro recurso à vitimização. Foi, disse, uma espécie de lobo metido no rebanho do PSD constituído maioritariamente por carneiros que se matavam à cornada.

Constata que o Sr. deputado Duarte Gonçalves de tão interventivo e incoerente ser, está a canibalizar-se. Não sabe se é por querer impor-se no partido como cabeça de cartaz das próximas eleições autárquicas ou se é por ter andado mascarado estes anos todos mostrando uma postura antipodal à que agora dá a conhecer.

Sobre a condição de arguido foi dizendo que nada lhe tira o sono. Pode haver uma ou outra irregularidade processual que, por serem de ordem eminentemente técnica, o não responsabilizam diretamente. Mas que assume como responsabilidade sua.

Disse que tem dificuldade em perceber o PSD/Montalegre que denuncia as políticas seguidas por este executivo municipal de promoção do investimento, criação de riqueza, de postos de trabalho e de fixação de pessoas à terra o que só é possível fazer com quem aqui nasceu, aqui vive, aqui investe e pela terra dá tudo independentemente de serem empresas, instituições ou o mais modesto ocupante do território. Tal está na linha do que se faz em todo o mundo rural onde as Câmaras têm toda oposição, mas onde nenhuma se presta ao triste papel da calúnia, da devassa e da participação criminal tão do agrado deste PSD que de tudo desconfia. Inclusive, dos seus, e da sua própria sombra.

É política do mais reles e baixo que possa existir. E, que está certo, lhes irá custar muito caro.

A política faz-se com elevação, com carácter, com diálogo, com ideias e com vontade de servir. Nada disto dá mostras de existir nesta oposição. E o senhor deputado Duarte Gonçalves não pode deixar de saber que eu que sei que foi um dos delatores a participar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de mim e a chamar o Ministério Público. fica-lhe assim muito mal, e é de um enorme descaramento vir, nesta Assembleia, perguntar que veio a polícia cá fazer.

O centro de recolha dos animais errantes nunca fez parte da campanha eleitoral do PS. É um projeto que tem que ser amadurecido, mas não é por aquelas mentes de Lisboa que se preocupam mais com os animais do que com as crianças. O problema desses centros não é construí-los, mas sim mantê-los e para tal os fazedores de leis não apontam solução. Prestaram assim um mau serviço ao concelho.

Disse ao deputado Ricardo Moura que fez mal ter ido buscar a dita pessoa a casa. Devia ter estado quieto.

Sobre a Quinta da Veiga, informou que nada se pode fazer enquanto o processo estiver ancorado no Tribunal de Mirandela. Fica-se a aguardar a sentença. Há duas vias para conseguir-se o espaço: a via judicial, onde o processo está há doze anos a aguardar sentença, e a via administrativa decorrente da adesão ao pacote de descentralização e que possibilita que a Quinta da Veiga fique sob gestão da autarquia por cinquenta anos, mas que põe como condição a Câmara desistir do processo judicial pendente. Fazer isto seria uma loucura e por isso continua-se a aguardar a resposta do Tribunal.

Alertou o deputado Manuel Rebelo que já são horas de mudar o discurso. É próprio de quem não vê que na Câmara de Montalegre se fazem coisas bonitas. É cegueira! Quando se fala das obras mal feitas, também se devia falar dos roubos da pista e das pedradas nos vitrais do multiusos. Dizer mal a tudo e sempre não é a forma mais correta de estar-se na política.

Sobre o caso humilhante da Polícia Judiciária ter vindo fazer buscas à Câmara, não percebe a existência de tantas questões uma vez que o PSD está metido no processo das denúncias. A Judiciária veio e bem. É sinal que as instituições e o estado de direito funcionam. Se se fazem denúncias sobre ajustes diretos e fracionamentos de empreitada é obvio que o Ministério Público tem de aparecer e fazer a necessária investigação. E quando estão em causa todos os investimentos feitos pela atual gestão é óbvio que a Judiciária tinha de vir. E em força, como se viu!

A indignidade ficará com o PSD, pois o Presidente Orlando Alves terá sempre capacidade de defender o seu bom nome e honra. Consolem-se com a vossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

indignidade que para já tem o mérito de fazer com que o PS esteja mais forte, unido e determinado a dar-vos a lição que merecem.

Leu parte da ata da reunião de Câmara nº13, do dia 03 de setembro de 2020, “O acontecimento recente deveras lamentável, da vinda da Polícia Judiciária à Câmara, a pedido dos senhores vereadores do Partido Social Democrata (PSD), não é, certamente, a medalha que, pessoalmente, gostaria de receber pelo percurso longo e respeitável de entrega à causa pública. E ainda que no melhor pano caia a nódoa e tal cause sério desconforto, em nada sinto beliscada a minha dignidade e honra, porquanto não me agride quem quer e muito menos quem atrás de si carrega um passado cheio de suspeição, de casos e de património por explicar, e de que aqui chegado terei, de agitar publicamente e pedir explicações. Devo a este propósito dizer que estamos perante factos que à época estiveram na base de um inquérito tutelado pela Direção Geral das Autarquias Locais em que testemunhei e só não teve honras de primeira página e consequências penais graves por na altura estarem estas coisas fora do radar do Ministério Público e que propositadamente não explorei na campanha eleitoral por considerar ser indigna de mim semelhante forma de fazer política. Mau grado a má prestação havida no debate da rádio, fui contido ao ponto de não responder à letra aos ataques desferidos na folheca sectária – familiar – recém-saída, onde se dava conta de uma teia de anormalíssimo relacionamento institucional com uma empresa local que cria emprego, riqueza e gera sustentabilidade, mas que o proprietário, editor, diretor e administrador da dita folheca, apresentava como sendo versão malévola de mafioso polvo. O ímpeto justiceiro dos senhores vereadores do PSD foi dado a conhecer ainda eram simples candidatos. E tornou-se por demais evidente na primeira sessão de Câmara. Longe de mim, contudo, perspetivar que algum dia se prestariam a chamar o Ministério Público ou se davam ao miserável trabalho de andar por aí a medir obra feita, seja pela Câmara, seja pelas Juntas de Freguesia, tendo como propósito a baixa política do denegrir a terra e do atirar lama à cara do Executivo Municipal. Como em anterior sessão de Câmara tive oportunidade de dizer, e deixei exarado em ata, já lá vai o tempo em que, como no tempo do Sr. Vereador Carvalho de Moura, a Câmara não tinha técnicos e delegava as tarefas de fiscalização das obras, dos autos de medição, dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

trabalhos a mais e da atualização de preços em funcionários não qualificados (Engenheiro de 4ª classe). Tempos houve em que se fez casa no campo, na cidade e na praia, e se delegou nos colégios mais caros do País a educação elitista que só estava ao alcance de gente endinheirada no que constituía tarefas ou responsabilidades educativas aos Barrosões e sobretudo aos professores aqui em exercício e que mestreiros do mesmo ofício não tiveram pejo em desconsiderar.

Sim, Sr. Vereador Carvalho de Moura. Tudo isto é verdade. E terei de, volvidos 30 anos, torná-lo público e assim dar resposta às atoardas e calúnias com que você e seu ajudante de campo, acabam de distinguir-me. Mas, como dizia, os tempos são outros. Como outros, são, felizmente, os protagonistas!

Tinha razão quando muito cedo vos cataloguei como oposição pidesca, justiceira e persecutória. E que agora acrescento, com timbre, cheiro, e ao melhor estilo nazi. Tenham Srs. Vereadores do PSD um pingo de dignidade ou vergonha. Olhem para trás e meditem no estilo implementado na campanha autárquica 2017 onde prevaleceu, no pasquim e na moderníssima rede onde se movimentam, o ataque pessoal, a efabulação malévola e o envolvimento da família que agora, quando se recuperam declarações suas de há trinta anos e onde envolve um seu familiar, tanto parece incomodá-lo. Vejam o vastíssimo conjunto de informação solicitada à Câmara que, a horas ou com um pequeníssimo atraso, vos foi fornecida mas que o ímpeto assassino, de achincalhamento e de chicana levou a remeter à CADA, à ERC ou ao Tribunal Administrativo só para que pudessem fazer alarde dos vossos tristes feitos. Entupiram os serviços, desgastaram os funcionários, prejudicaram os munícipes, atrasaram o andamento de processos ou as respostas à Entidades com que o Município de Montalegre se articula ou relaciona. E depois querem fazer-se passar por gente apenas interessada no progresso e no desenvolvimento do concelho.

Chega de tamanha desfaçatez. Sem vos dardes conta de que a tática ensaiada ou o estilo implementado se virou contra vós, zurzis desbragadamente no grupo que o Sr. Vereador Carvalho de Moura administra como se fosse um magnata da Comunicação. Daqui até às eleições do próximo ano já sabemos com que contar. E Vossas Excelências já sabem quem têm para o confronto político já que de ideias tal a vós não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

interessa. Ficamos assim serenamente à espera que os nomes que tereis de apresentar aceitem ir atrás da vossa loucura!

O enxovalho sobre a Câmara, sobre a democracia, sobre o bom nome de quem como eu e o vice-presidente se preza de o ter, a indignidade sobre Barroso e os Barrosões, vai custar-vos caro. Sinto isso na rua e em todos os espaços públicos que frequento e aqueles onde Vossas Excelências nem se atrevem a entrar de tão malquistos serem; Sinto isso no apoio das empresas que denunciastes e que terão de gastar agora em advogados o lucro que nunca tiveram nas obras que denunciais;

Sinto isso nos empregados dessas mesmas empresas que se sentem injuriados e remetidos para o mundo da emigração;

Sinto isso no apoio unânime dos senhores presidentes de Junta que se demarcam da vossa indignidade;

Sinto isso nos dirigentes regionais do PSD que da Vossa paupérrima atuação sentem vergonha;

Sinto isso nos emigrantes de que vos servis para angariação de publicidade jornalística ou de fundos para campanhas, mas que não quereis ver ligados a Montalegre e Barroso com medo de que possam votar nas eleições autárquicas e participem na construção do nosso futuro coletivo;

Sinto isso nos agricultores e produtores pecuários que – se todos emigrarem - não têm quem consuma o fruto do seu trabalho, mau grado reconhecerem e estarem gratos pelas medidas de apoio ao sector primário implementadas pelo Município;

Sinto-o nos empresários de restauração que se vêem aflitos para aguentar o seu negócio e para liquidação dos contributos à Segurança Social;

Sinto-o em toda a cadeia de comércio, nos proprietários de oficinas e empresários da construção civil que ficam com os cabelos em pé só por pensarem que V.as Ex.as existem e podem um dia assumir a governança do Concelho;

Sinto-o nos jovens para quem o futuro é cada vez mais incerto e de mim se abeiram para dizer que se política é o que V.as Ex.as fazem, então não contemos com eles para tão maléficas e patéticas encenações.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves entregou à Mesa a seguinte declaração de protesto: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: o deputado Duarte Gonçalves eleito pela coligação PSD, vem desta forma apresentar um protesto para a ata, relativamente à forma como o Sr. Presidente da Assembleia dirige os trabalhos, violando declaradamente e propositadamente o regimento, permitindo que os eleitos do PS tomem a palavra sem controle de tempo, enquanto que impede a palavra e o direito de intervenção dos membros do PSD, violando claramente o artigo 25º, nº1, alínea b), impedindo-me neste caso em concreto de gerir o tempo e as minhas intervenções de 10 minutos necessários a dar resposta a todo o chorrilho de impropérios debitados pelo PS, incluindo o Presidente da Câmara que desta forma fica sem resposta.

Permitiu V. Exa a intervenção para suposta defesa da honra do Vice-presidente David Teixeira sem que justificativo houvesse ou sequer enquadramento regimental.

Este aspeto ditatorial foi agravado por subsequente violação do artigo 25º, nº3, no não me permitir clarificar a questão prévia colocada por mim quanto aos motivos que trouxeram a Polícia Judiciária à autarquia de Montalegre. Com efeito não foi a denuncia sobre suspeitas nas obras municipais que trouxe a Polícia Judiciária, mas sim as suspeitas de funcionamento de contratos e os ajustes diretos a empresas controladas por familiares, que levaram à sua constituição como arguidos, e isso importava clarificar. Quanto à suspeita de desvios nas obras municipais, o PS só tem uma de duas coisas a fazer: ou consegue dar as devidas explicações aos Barrosões ou processa o PSD por mentir. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

4 – Período da Ordem do Dia:

A Assembleia autorizou, por unanimidade, o aditamento dos seguintes assuntos à ordem do dia da presente sessão:

4.18. Eleição do representante das Juntas de freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.19. Eleição do representante das Juntas de freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Proposta de definição da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Aplicação Percentual para o ano de 2021;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.3. Proposta da definição da participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) / Taxa a fixar para cobrar no exercício económico de 2021;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que, à semelhança dos anos anteriores, continuam a defender que esta seria uma medida de competitividade do Município em relação aos demais e um apoio às famílias. Isto é uma política simbólica de atratividade que visa também o combate ao despovoamento e ajudar as famílias a viver em territórios do interior.

O Senhor Presidente da Câmara disse, com o devido respeito que a oposição lhe merece, que vê uma dose de oportunismo político porque se há alguém que beneficia com esta dispensa seriam os que têm maior ordenado. 150 mil euros fazem diferença no orçamento autárquico.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Manuel Rebelo, Jorge Lestra e José Fernando Moura.

4.4. Proposta de definição do Imposto Municipal de Derrama a cobrar no exercício económico de 2021;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que é uma política de incentivo para apoio às empresas. Defende a isenção da taxa de derrama aos empresários locais.

Defendeu a isenção por códigos de atividade, ou pelo facto de terem sede em Montalegre, de forma a se conseguir, por essa via, tributar EDP, Bancos e outros que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

têm domicílio fiscal fora de Montalegre. Por isso, a oposição vota contra a presente proposta.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Manuel Rebelo, Jorge Lestra, Iva Rebelo e José Fernando Moura.

4.5. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos, sítios no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2021;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2020 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.7. Aprovação da 3ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2020 (3ª Alteração Modificativa ao Orçamento Despesa, 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Jorge Lestra, Manuel Rebelo e Iva Rebelo.

4.8. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Cervos para limpeza de bermas em Arcos, Cervos e Fontão e abertura de vala em Vilarinho de Arcos;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9. Pedido de apoio financeiro, formulada pela União das Freguesias de Meixedo e Padornelos, para trabalhos a realizar na aldeia de Padornelos;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10. Autorização prévia da Assembleia Municipal e abertura de procedimento de concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica por concurso público. DF Nº 81/2020;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.11. Proposta de autorização de operação de financiamento por contrato de locação financeira (leasing), para aquisição de uma cisterna de sistema combinado e respetivos componentes, por concurso público internacional. DF Nº 76/2020.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12. Aprovação do despacho de junho/2020, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativo à Isenção de Taxas Municipais (Medidas de prevenção Coronavírus – Covid – 19);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra e Iva Rebelo.

4.13. Aprovação do Despacho, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, quanto às medidas de prevenção Coronavírus – Covid -19;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura disse que a extensão de saúde de Salto não tem médico de família e os protocolos de desinfeção veiculados pela Direção Geral de Saúde não estão a ser efetuados nas devidas condições.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se fez um excelente trabalho e parabenizou a Vereadora Fátima Fernandes pelo trabalho e investimento feito nas escolas do concelho. Tem estado sempre na linha da frente, na primeira linha de combate à pandemia de forma a mitigar os impactos negativos e está-se a preparar um regulamento para apoiar estudantes universitários que irá ter incidência no próximo ano.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.14. Revogação do Regulamento de concessão de Regalias à Corporação de Bombeiros Voluntários de Montalegre e Salto;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que esta revogação é uma dupla vergonha pois na última assembleia foi aprovado o regulamento e agora vê-se que é impraticável. Foi aprovado na boa fé. Na questão do amianto também se passou a mesma coisa.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o executivo não é perfeito e as coisas às vezes também falham. São bons em muitas coisas, mas também falham. Errar é humano.

Deliberação: Aprovado por maioria com seis abstenções deputados Duarte Gonçalves, José João Moura, José Fernando Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo e Iva Rebelo.

4.15. Descentralização de Competências – Transferência de Competências para os órgãos Municipais – Educação / Saúde/ Ação Social – Prorrogação de prazo de Transferência para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto e Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.16. Atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Montalegre (PMEPC);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco abstenções Duarte Gonçalves, José João Moura, Jorge Lestra, Manuel Rebelo e Iva Rebelo

4.17. Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A / Relatório do Conselho de Administração – 2019 / Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que a Câmara deveria fazer um esforço para salvar o matadouro e o PSD está disposto a colaborar. Toda a gente sabe que o matadouro está em falência técnica, mas tem possibilidade de dar lucros e a única entidade que poderia manter aquilo é a autarquia. O Município deve tomar as rédeas e ser sócio maioritário.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o matadouro só sobrevive se aumentar os abates e não é estando na alçada do Município que isso se resolve. A gestão privada tem que ser pensada. A dívida é assustadora e é como a do País. Há dinheiro em Bruxelas, mas Portugal não se pode candidatar a ele.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Reforçou a importância do matadouro, dizendo que é bem mais importante do que a estrada para os limites do concelho.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.18. Eleição do representante das Juntas de freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI);

A Bancada do PS apresentou a seguinte proposta à Mesa à qual foi dado o nome de Lista A: “Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, cara e caros colegas. A Bancada do Partido Socialista vem apresentar o nome do Presidente da Junta de Freguesia da Vila da Ponte, o Sr. Paulo Luciano da Silva Pinto, para ser eleito como representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI).

Presidente com experiência e com formação em Psicologia, sendo esta uma mais valia para a CMDFCI. Assinado, a bancada do Partido Socialista.”

Por votação por escrutínio secreto, o candidato proposto na Lista A foi eleito com dezasseis votos e dois votos brancos.

4.19. Eleição do representante das Juntas de freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).

A Bancada do PS apresentou a seguinte proposta à Mesa à qual foi dado o nome de Lista A: “Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, cara e caros colegas. A Bancada do Partido Socialista vem apresentar o nome do Presidente da Junta de Freguesia da Vila da Ponte, o Sr. Paulo Luciano da Silva Pinto, para ser eleito como representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Presidente com experiência e com formação em Psicologia, sendo esta uma mais valia para a CMPC. Assinado, a bancada do Partido Socialista.”

Por votação por escrutínio secreto, o candidato proposto na Lista A foi eleito com dezasseis votos e dois votos brancos.

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia de que estava terminada a discussão da ordem do dia deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

Maria Gorete Barroso Afonso